

Dossiê *A Escola Pública no Contexto do Neoliberalismo*

APRESENTAÇÃO

Este dossiê se desenvolve no escopo de um cenário contemporâneo de forte avanço de medidas conservadoras e, por vezes, retrógradas, impostas pelo Estado e pelo Capital, aceitas passivamente pela sociedade junto à escola pública em seus diversos níveis de atuação. Este cenário nos leva a vivenciar um intenso retrocesso político-econômico e social, ataques cotidianos aos direitos humanos e sociais, cortes nos investimentos e desmantelamento dos serviços públicos, ataques aos trabalhadores e à escola pública, constantes ameaças e cerceamento ao trabalho dos professores.

No campo educacional, ocorrem agressões e ataques à educação pública e aos seus profissionais, bem como a suas entidades e associações, desvalorizando o magistério a partir da edição de uma série de medidas que restringem o direito à educação e precarizam o trabalho docente. Como exemplos, temos a contrarreforma do Ensino Médio, a aprovação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), as intervenções nas universidades e nos institutos federais, destruindo a autonomia didática, pedagógica, patrimonial e de gestão das instituições públicas de ensino, configurando ataques que atingem mais intensamente as classes trabalhadoras.

O que ocorre é que a escolarização é fundamental para a emancipação dos sujeitos e a formação da sociedade, dessa forma, não é por acaso que o capital enfatiza de diferentes maneiras a função da escola, especialmente da escola pública, e procura obter sobre ela o máximo controle. Seja a partir de um discurso técnico ou mesmo humanista, nascem recomendações, emendas, propostas, projetos e ações capitalistas sobre os professores e a escola, o que evidencia a posição imprescindível da escolarização para o capital. O estar-recedor é que, em meio a uma pandemia, o Estado Neoliberal encontre oportunidade para aprofundar as mazelas educacionais e as desigualdades sociais e econômicas. A partir de um discurso sobre a importância de manter o currículo prescritivo e a ênfase na padronização do que é ensinado e aprendido nas escolas, aprofunda-se a exclusão dos estudantes, que simplesmente não conseguiram acompanhar os cursos presenciais de forma remota satisfatoriamente. Soma-se a isso a separação entre escolarização e a formação humana crítica, cujo distanciamento recrudescer com a oferta de estratégias de ensino remoto e com a descaracterização política da educação como formação do ser social, além de vilipendiar o trabalho docente, ameaçando, assim, o sentido histórico da educação escolar.

O Capital avança a passos largos sobre os processos formativos dos trabalhadores. Defender uma formação sólida, o saber sistematizado, a escola pública e a classe trabalhadora é fazer enfrentamento a esse sistema que vem submetendo a humanidade a condições desumanas jamais vistas, destruindo as condições de sobrevivência humana.

Dessa feita, este dossiê tem o objetivo de promover um debate crítico buscando, por meio de experiências desenvolvidas por pesquisadores que se ocupam de estudos e práticas interdisciplinares e que abarquem estratégias que contribuam para o enfrentamento dos processos diretamente articulados a essa lógica continuamente imposta à escola pública, aos profissionais da educação nesse espaço formativo, dialogar com diferentes referenciais teóricos que permitam explicar os elementos de ordem socioeconômica e política, bem como sua influência no desenvolvimento das atividades escolares tanto em nível genérico, quanto nas especificidades próprias dos campos da educação e ensino.

No artigo O fomento à flexibilização na contrarreforma do Ensino Médio no contexto neoliberal, Ilma de Andrade Barleta e Oto João Petry analisam as interfaces entre o princípio da flexibilização, advindo do neoliberalismo econômico, e a contrarreforma do ensino médio no Brasil, regulamentada pela Lei nº 13.415/2017. Para elaborarem a análise, partem do pressuposto de que os ajustes neoliberais implementados no Brasil, especialmente a partir dos anos de 1990, redefinem as ações do Estado para o atendimento das demandas educacionais, ao mesmo tempo em que concebem a educação como fator de produção capitalista. Apontam que, em relação ao Ensino Médio, está em curso um movimento de contrarreforma, materializado na política educacional, que incorpora o princípio da flexibilização como elemento estratégico para a manutenção das relações de dominação na sociedade capitalista, com ênfase na formação para o empreendedorismo e no estímulo à mercadorização da educação. Concluem os autores que esse processo expressa os interesses das relações sociais e de produção capitalistas e está alinhado ao mecanismo de mercadorização do Ensino Médio, bem como ao ideário formativo para o empreendedorismo em curso na educação pública brasileira, de inspiração neoliberal.

O texto seguinte, de autoria de Carina Alves da Silva Darcoletto e Simone de Fátima Flach, intitulado Educação e a panaceia do ensino remoto em tempos de crise sanitária, traz a discussão da oferta educacional no estado do Paraná no período da crise sanitária decorrente da pandemia da covid-19, de modo a elucidar os encaminhamentos capitaneados pelo governo do estado, colocados em prática em escolas públicas por meio do ensino remoto. Partindo da relação entre a crise sanitária relacionada à pandemia de covid-19 e a crise econômica nacional, apontam as autoras que, nas decisões do governo, a proteção do capital se mostrou mais importante do que a proteção da vida humana. Trazem dados sobre a desigualdade que sustenta a lógica capitalista e ainda, expõem os principais encaminhamentos político-educacionais para a manutenção da oferta educacional em escolas públicas paranaenses através de deliberações aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação e de orientações expedidas pela Secretaria de Educação. Esclarecem, por fim, que o ensino remoto foi considerado como panaceia ao assegurar a oferta educacional, sem que o direito à educação socialmente referenciada tenha sido efetivamente garantido, visto que, nos encaminhamentos político-educacionais, os problemas e as dificuldades vivenciados por alunos e profissionais da educação foram minimizados ou mesmo desconsiderados.

Paulo Fioravante Giaretta, em *A BNCC e o reformismo curricular no Brasil no contexto da agenda neoliberal*, indica a vinculação da reforma curricular, formalizada na proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o conjunto das reformas curriculares em curso no Brasil desde a Constituição de 1988, como exigência de reforma do próprio Estado brasileiro no contexto da agenda político-econômica neoliberal. E ainda aponta as caracterizações exigidas à BNCC no contexto de uma agenda de reformismo educacional fiel ao ordenamento hegemônico de mercado. Esclarece também as reformas curriculares em curso no Brasil, inclusive a atual reforma expressa na BNCC, tanto no contexto de aperfeiçoamento dos limites da agenda neoliberal para a educação, quanto pelo aprofundamento da relação entre o trabalho mediado pelo capital, expresso pela hegemonia da lógica de mercado, bem como a própria escolarização como aparelho privado de reprodução dessa hegemonia.

Em *A BNC-Formação: o projeto de formação por competência dos docentes pós-golpe jurídico-institucional de 2016*, Flavia Wegrzyn Magrinelli Martinez, Priscila Gabriele da Luz Kailer e Susana Soares Tozetto discutem a proposta de formação profissional da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Analisam criticamente a proposta e as competências que a balizam. As autoras argumentam que, após o Golpe de 2016, o campo educacional tem sofrido profundas mudanças, emergindo, assim, uma tentativa de desvalorização simbólica dos professores na sociedade, além de perseguições, as autoras apontam também ocorrências de uma série de medidas que restringem o direito à educação pública, de precariedade do trabalho do professor, de descaso com o financiamento da Educação Básica (o FUNDEB) e do desinvestimento em estratégias para alcançar as metas do Plano Nacional de Educação e a aprovação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Indicam claramente que, para cumprir com o alinhamento da BNCC da Educação Básica e da BNC-Formação, se minimiza a sólida formação teórica no campo dos fundamentos da educação e se maximizam os conteúdos da Educação Básica, dando, assim, importância a uma visão técnica e instrumental do ensino.

Fernanda Franz Willers e Camila Caracelli Scherma discutem, no texto *As propostas do Banco Mundial para a Escola Pública e sua influência na política brasileira (2016-2018)*, sobre as demandas de agentes hegemônicos globais – em especial o Banco Mundial – na esfera educacional brasileira, bem como a influência dessas propostas na política brasileira no período de 2016 a 2018. Analisam documentos desta agência econômica por meio de estudos discursivos embasados no pensamento do Círculo Bakhtiniano. Em síntese, identificam o emergir de uma espécie de coesão discursiva entre as demandas do Banco Mundial, o documento produzido pelo partido de Michel Temer e as propostas da candidatura presidencial de Jair Bolsonaro, mostrando o caminho das ideologias da política neoliberal de forma articulada com a materialidade da palavra, se constituindo como uma força hegemônica na esfera educacional brasileira.

No artigo Os indicadores do relatório “um ajuste justo” do Banco Mundial à educação pública no Brasil: uma análise crítica, Carolina Borghi Mendes e Jorge Sobral da Silva Maia consideram que uma análise da realidade brasileira mostra como a adesão do país ao neoliberalismo superou a esfera puramente econômica e inseriu-se na formulação e desenvolvimento de políticas públicas, inclusive educacionais, com incisiva influência do Banco Mundial. Nesse sentido, buscam investigar as diretrizes recentes que esta instituição indicou ao cenário educacional no Brasil, em especial, à educação básica. Analisam ainda os elementos do Relatório do Banco Mundial, intitulado “Um Ajuste Justo”, sobre o Ensino Fundamental e Médio, publicado em 2017, a pedido do governo federal, identificando suas determinações à educação escolar pública. Os autores expõem que os dados encontrados indicam, por um lado, a descaracterização dos problemas reais existentes na prática social das escolas públicas, reduzindo-os à lógica do capital no sentido de inferir a suposta necessidade de diminuição de recursos financeiros e, por outro, a contundente responsabilização de docentes pelo fracasso escolar e pelos gastos, na ótica do documento, excessivos.

Julio Emilio Diniz Pereira, no artigo Capitalismo global, neoliberalismo e “pós-modernidade reacionária”: a educação como mercadoria e os contextos atuais da formação de professoras/es da escola pública, analisa três contextos atuais em que se dá a formação de professoras/es para as escolas públicas no Brasil, a fim de compreender os ritmos acelerados de privatização da educação e, mais especificamente, do ensino superior e da formação de professoras/es no país, bem como as políticas docentes aprovadas nos últimos anos – com foco na BNC-Formação. Esclarece, por conta desses contextos, que a formação de professoras/es para as escolas públicas no Brasil acontece hoje principalmente em instituições de ensino superior não-universitárias, privadas, com fins lucrativos, em cursos noturnos e progressivamente à distância – o que compromete bastante a qualidade da formação das/os profissionais que trabalharão nessas escolas.

No texto A institucionalização do voluntariado: uma nova consigna para a educação brasileira?, Andréia Nunes Militão, partindo do mapeamento e da análise de documentos emanados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), produzidos nos últimos cinco anos, busca desvelar as razões para o Governo Temer (2016-2018) encomendar ao CNE uma diretriz específica para o voluntariado. Argumenta também que normatizar ações de voluntariado no âmbito da educação básica e superior faz com que o Brasil acompanhe o movimento global que desconsidera a educação como bem público, instituindo, em conjunto com outras reformas, um arcabouço de orientação neoliberal e de viés neoconservador, mostrando que há indução do trabalho voluntário via diretrizes curriculares.

Esperamos que os estudos e pesquisas aqui relatados, seus fundamentos, análises e reflexões possam enriquecer o debate e suscitar novas produções que não somente elucidem, mas que contribuam para urgentes intervenções emancipatórias no campo da educação e do ensino no Brasil. E que contribuam também para enriquecer e estimular o

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

debate acerca da Escola Pública e fomentem a crítica ontológica e epistemológica, alimentando o campo de pesquisa relacionado à Educação Pública Nacional.

Prof. Dr. Jorge Sobral da Silva Maia
Profa. Dra. Flávia Wegrzyn Magrinelli Martinez
Organizadores